

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.dfa@dabr.com.br

Desafio para a Polícia Civil

O furto de um arsenal em uma loja de armas na QNM 17 de Ceilândia está tirando o sono da cúpula da Secretaria de Segurança Pública do DF. A Polícia Civil deslocou a Corpatri (Coordenação de Repressão aos Crimes Patrimoniais), delegacia especializada, para a investigação. O primeiro passo é concluir um inventário sobre a quantidade de armamento furtado da loja. Estima-se que mais de 100 armas foram levadas. Mas pode ser bem mais. Ninguém entendeu como um estabelecimento como esse foi instalado em uma área tão precária, a ponto de os criminosos conseguirem fazer um furo na parede do imóvel ao lado para levar as armas. O papel de fiscalização desse tipo de atividade é do Exército Brasileiro. O problema não é apenas o furto, mas o que será feito com esse arsenal. Elucidar o crime será um desafio para a Polícia Civil.

Segurança Alimentar: R\$ 800 mil para reforma de cantinas em escolas do Guará

Profissional de saúde, moradora do Guará e ex-aluna de escola pública, a deputada Dayse Amarillo (PSB) destinou, por meio do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), R\$ 800 mil para reformar inúmeras cantinas e depósitos de alimentos de unidades de ensino da cidade. O dinheiro deve ser alocado na instalação de cozinhas novas, com locais adequados para acondicionar os alimentos, e em banheiro e vestiário para as cozinheiras em algumas escolas. A ideia de Dayse Amarillo é implementar em diversas unidades de ensino o que ela chama de "Circuito Sabor Saúde Escola": banheiro e vestiário para as cozinheiras; chegada dos alimentos com local para separação e higienização; depósito de alimentos moderno; cozinha equipada e espaço gourmet para os estudantes.



Reprodução/Redes Sociais

Boa avaliação em ranking com foco em mandatos de direita

Na avaliação do Ranking dos Políticos, entidade que leva em conta desempenho no mandato com enfoque na atuação mais à direita, o senador Izalci Lucas (PL-DF) é o parlamentar do DF com maior pontuação. Ele aparece bem posicionado no cenário geral. É o quarto no ranking do Congresso, com 8,73 pontos, atrás do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), com 9,10; Adriana Ventura (Novo-SP), com 9,04; e do senador Carlos Portinho (PL-RJ), com 8,8. Na lista do Senado, Izalci está em segundo, atrás apenas de Portinho.



Marcelo Ferreira/CB/DA Press

Damares aparece em segundo

Na bancada do DF, Izalci lidera, tendo a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) em segundo, com 8,57 pontos. O deputado Alberto Fraga (PL-DF) e a deputada Bia Kicis (PL-DF) aparecem empatados na terceira posição, com 8,46.



Pietro Franzini/Agência Senado

Distrital internacional

Defensora das crianças, a distrital Paula Belmonte (Cidadania) está revivendo, esta semana, um pouco da jornada de parlamentar federal. Está em Cambridge (EUA) para um aprimoramento no Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento na Primeira Infância, custeado pelo Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI). Ao lado de Ruth Jurberg, coordenadora do Programa Cidade Integrada (RI), e da deputada federal Luísa Canziani (PSD-PR), fez o primeiro registro direto da sala de aula. "Neste primeiro dia do curso me sinto ainda mais motivada a levar todo esse aprendizado para o Distrito Federal e favorecer as crianças que mais precisam!", adiantou a deputada, que ficará a semana toda imersa na pauta da primeira infância com autoridades de várias partes do mundo.



Divulgação

Reconhecimento

O deputado distrital Rogério Morro da Cruz (PRD) vai promover solenidade especial em homenagem a vigilantes e porteiros. O evento será realizado nesta sexta-feira, no plenário da Câmara Legislativa. Segundo o distrital, o propósito é celebrar a dedicação e o compromisso desses profissionais na segurança e serviços essenciais à comunidade.

Seminário: IA e seu impacto no direito e na economia

A Academia Internacional de Direito e Economia (AIDE) promove nesta quinta-feira o seminário jurídico gratuito "A inteligência artificial e seu impacto no direito e na economia". O primeiro painel, relacionado à economia, será presidido pelo ministro Ives Gandra Martins Filho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que integra a AIDE, e terá como palestrantes o senador Eduardo Gomes (PL-TO) e o professor Gesner Oliveira. O segundo painel, relacionado ao impacto da IA no direito, será presidido pelo ministro Sérgio Pinto Martins, do TST, e terá como palestrantes o ministro Alexandre Agra Belmonte, também do TST, e a professora Angela Vidal Gandra Martins. No seminário, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), tomará posse como membro da AIDE, entidade presidida pela jurista Samantha Meyer-Pflug Marques. O evento será realizado na Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a partir das 8h30.

Empresários se reúnem para reclamar de insegurança jurídica

Políticos, empresários e presidentes de associações de classistas e sindicatos patronais reuniram-se ontem para um almoço com palestras. No cardápio das discussões, temas como a insegurança jurídica para novos investimentos e a avaliação dos caminhos tomados pelo governo federal nos primeiros 18 meses da terceira gestão do presidente Lula. Um dos palestrantes foi o empresário e ex-governador Paulo Octávio, que falou sobre mudanças na cobrança do ITBI. "O Supremo determinou que o ITBI, o imposto de transmissão feito entre as partes na aquisição de um imóvel, deve ser pelo valor declarado. Mas uma nova medida determina que será pelo valor que o governo estipular. Mais uma vez estão entrando em uma questão que já foi superada pela sabedoria do Supremo, que determinou que o imposto deve ser estabelecido pelo valor do contrato entre as partes e não pela determinação do município, pois quando é este que estabelece o valor, as alíquotas são sempre maiores. Então, estamos diante de mais um desafio", completou.



Divulgação

Críticas ao governo federal

Outro convidado foi o senador Rogério Marinho (PL-RN), relator da Reforma Trabalhista, feita no governo Bolsonaro, ex-secretário do Trabalho e da Previdência e ex-ministro do Desenvolvimento Regional. Sem economizar críticas à gestão de Lula, ele afirmou que tem evitado participar de eventos com empresários por estar liderando a oposição e não ter "notícias boas para dar".

"O crescimento dos extremistas de direita nas eleições do Parlamento Europeu, nitidamente na França e na Alemanha, é mais um sinal de alerta para o campo democrático. Além de combater a rede de mentiras do novo fascismo, os governos democráticos precisam responder às demandas reais da população. Garantir vida digna, emprego e renda; trabalhar pela paz e cooperação entre povos e países é o caminho para deter os inimigos da democracia e da justiça social em todo o mundo"

Deputada Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT

"A Europa se cansou da esquerda, de países sem fronteiras, da agenda 2030, ESG, descarbonização, ideologia de gênero, libertinagens... Os valores da família, respeito à propriedade privada, legítimo direito à defesa, liberdade de expressão... falaram mais alto no momento certo. Estados Unidos com Trump em novembro/ 2024 e Brasil em 2026 serão os próximos nessa grande corrente do bem"

Ex-presidente Jair Bolsonaro



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Natanael Alves/PL

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

PIRÂMIDE FINANCEIRA / De acordo com o MP, policial integrava um grupo criminoso que oferecia investimentos a colegas de farda com promessa de rentabilidade mensal de 10%. Ele teria recebido R\$ 6 milhões provenientes do esquema

PM é suspeito de golpe

» PABLO GIOVANNI

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) deflagrou, ontem, a operação Madoff, que mirou um grupo criminoso suspeito de aplicar estelionato e crimes contra a economia popular, popularmente conhecidos como pirâmides financeiras. Os promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) cumpriram mandados de busca e apreensão em endereços do Distrito Federal e em Luziânia (GO).

Um sargento da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) foi alvo da operação, suspeito de cooptar colegas de farda para participarem de uma suposta rede de investimentos em criptomoeças, com promessa de rentabilidade mensal de 10%. De acordo com os promotores, as investigações chegaram à alçada do MP após um inquérito ser aberto na Corregedoria da PM por conta de denúncias das vítimas.

A empresa que prometia alta rentabilidade aos seus clientes, no entanto, acabou quebrando, causando prejuízos significativos a PMs, em especial integrantes do

6º Batalhão de Polícia Militar — responsável pela segurança da Esplanada dos Ministérios e dos Três Poderes. Em alguns casos apurados pelos promotores, policiais chegaram a transferir imóveis para o grupo criminoso encabeçado pelo sargento na expectativa de obter os lucros prometidos.

Investigação

Além do sargento, civis estão supostamente envolvidos no esquema criminoso, entre eles um sócio do oficial, de empresa ligada ao ramo de consultoria. Os promotores conseguiram avançar nas investigações, constatando que essa empresa foi usada para o recebimento de comissões decorrentes da captação do dinheiro das vítimas.

Os alvos da operação de ontem, segundo as investigações, passaram a realizar diversas operações financeiras com os valores envolvidos no esquema, inclusive, transações com criptoativos. Somente em 2022, os membros do grupo movimentaram cerca de R\$ 4 milhões. Já o sargento recebeu cerca de R\$ 6 milhões supostamente provenientes do esquema, mesmo tendo remuneração

Reprodução/MPDFT



MPDFT investiga esquema de pirâmide financeira

mensal de R\$ 11,9 mil, segundo o Portal da Transparência.

Promotores à frente do caso estimam que o prejuízo com as fraudes seja ainda maior do que o apurado até o momento, diante do elevado número de vítimas do grupo criminoso. Os suspeitos são investigados por crime contra a economia popular, estelionato, lavagem de capitais e associação/

organização criminoso. Os investigadores acreditam que há mais envolvidos no esquema criminoso e, por isso, as apurações seguirão por parte do MP.

Em nota, a PMDF afirmou que a Corregedoria da corporação recebeu, no ano passado, denúncias sobre possíveis vítimas de crimes de natureza militar em uma pirâmide financeira. Diante do

episódio, as provas foram repassadas ao Ministério Público. "Como resultado das investigações, observou-se a participação de civis e a utilização de empresas para, em tese, práticas criminosas", esclareceu a corporação.

"Dessa forma, juntamente com a Promotoria Militar, foi realizado o compartilhamento de provas com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco/MPDFT) para que se avançasse nas investigações quanto aos civis e às empresas apontadas (crimes comuns), enquanto a Corregedoria da PMDF continuou com as investigações em relação ao militar envolvido (crimes militares)", detalhou a PMDF.

A força-tarefa coordenada pelo Gaeco e pela Corregedoria da PMDF contou com apoio da Polícia Militar de Goiás (PMGO). O nome da operação faz referência a Bernie Madoff, considerado o responsável por uma das maiores pirâmides financeiras da história, nos Estados Unidos, estimada entre US\$ 25 bilhões e US\$ 63 bilhões.

A reportagem não conseguiu localizar a defesa do policial e dos outros investigados pelo Ministério Público.

O que diz a lei

A Lei 1.521/51 dispõe sobre crimes contra a economia popular. Em seu artigo 2º, inciso IX, a norma prevê o chamado crime de "pirâmide" ou "esquema de pirâmide", que consiste em tentar ou obter ganhos ilícitos, por meio de especulações ou meios fraudulentos, causando prejuízo a diversas pessoas.

O "esquema de pirâmide" ou "pirâmide financeira" é um modelo fraudulento de negócios, que não tem como dar certo. Necessita de captação constante de outras pessoas, que geralmente têm que pagar alguma coisa para entrar na base do negócio, com a promessa de receber lucro ou vantagens exponenciais pela captação de novos integrantes. Assim, apenas o criador, e no máximo um pequeno grupo de envolvidos, acaba realmente lucrando. A pena prevista é de seis meses a dois anos de detenção e multa.